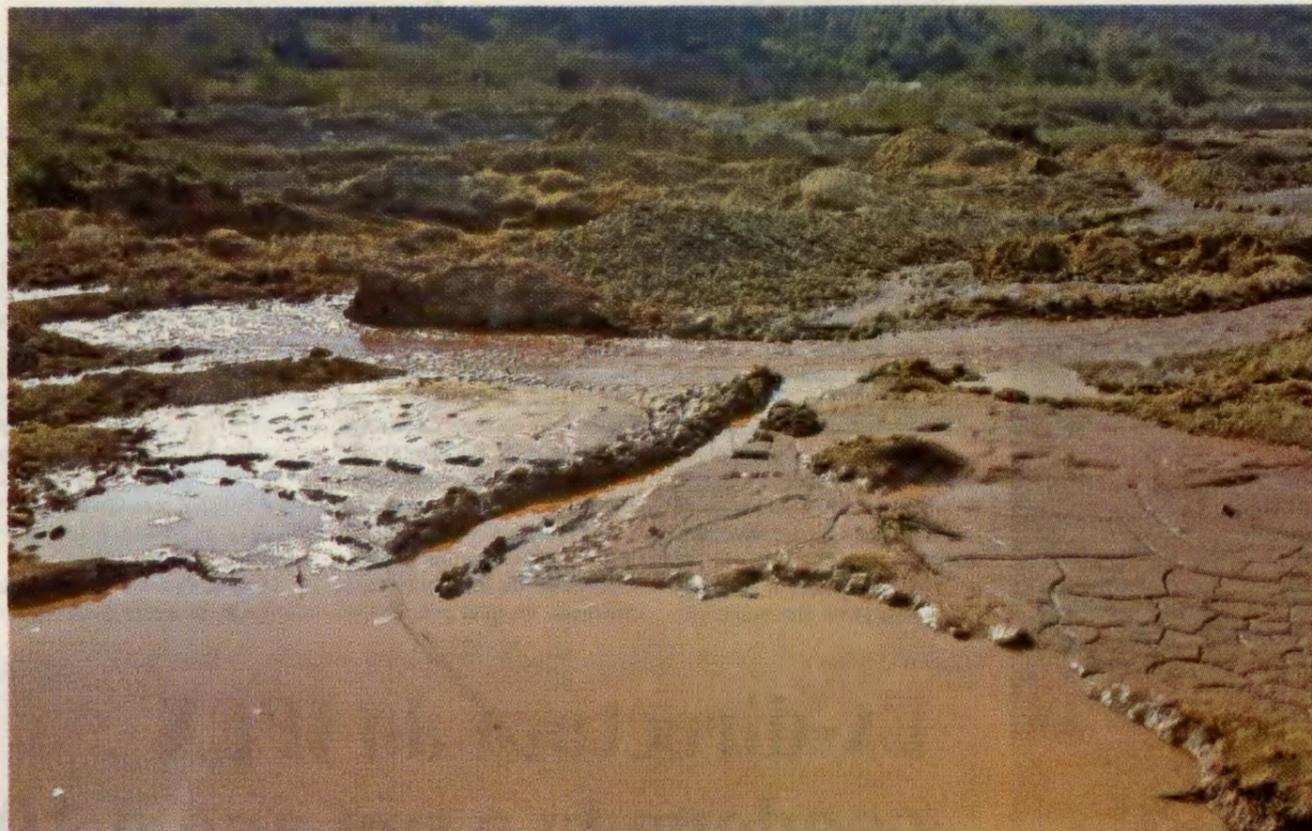


MINERAÇÃO INSUSTENTÁVEL

Dilema ambiental vai de mal a pior

n VICTOR MACHIRICA

A MINERAÇÃO irresponsável e ambientalmente insustentável está a sair do mal a pior na província de Manica, nomeadamente em Sussundenga, Bárue, Macossa e Manica, distritos com ocorrência de minérios preciosos onde cresce o número de operadores mineiros e garimpeiros.



Actividade, embora seja vista como fonte de sobrevivência e contributo para a redução da incidência da pobreza, constitui a principal causa dos problemas ambientais com que a província se debate, nomeadamente a poluição das águas, o assoreamento dos rios, a erosão de solos e a extinção de espécies aquáticas como peixes e vegetação ribeirinha.

O Governo, a vários níveis, tem ressaltado a vontade de ver resolvidos os problemas ambientais resultantes da mineração, mas a velocidade que esses problemas está a levar supera de longe a capacidade e a vontade das instituições, que não encontram recursos, meios e mecanismos para a sua erradicação.

Recentemente, o governador de Manica, Alberto Mondlane, lançou um veemente apelo com vista a travar o desastre, porém, passados meses, nada mudou. O Presidente

da República, Filipe Nyusi, durante a sua última visita de trabalho à província de Manica, voltou a ser confrontado com o problema.

Apesar da contundência com que tratou o assunto, no terreno as coisas continuam a mostrar que, mais do que vontade política, deve partir-se para a tomada de medidas mais audazes e sem contemplação, que incluam a responsabilização dos principais actores deste desastre.

O Chefe do Estado já traçou as linhas mestras que devem presidir este exercício. Recentemente, exigiu e deu prazo de quinze dias para que as entidades locais apresentassem um plano operativo que ponha fim à catástrofe.

Porem, passados já três meses, tudo indica que parece estar na mesma. A única grande mudança tangível registada foi a queda do director provincial dos Recursos Minerais e Energia, João de Lima, acusado de indolência e falta de

soluções à altura do drama.

Os ministérios dos Recursos Minerais e Energia e da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural despacharam para o terreno inspectores seniores, mas nada evoluiu que possa servir de referência de que as instituições responsáveis devem-se orgulhar como um ganho.

Recentemente, a própria ministra dos Recursos Minerais e Energia deslocou-se a Manica, mas voltou a ser confrontada com a persistência da mineração irresponsável. Reagindo aos factos, mandou encerrar a mina KB Prospero e lançou veementes críticas a operadores que não observam as exigências de uma mineração amiga do ambiente.

Vários operadores mineiros continuam a lançar poluentes nocivos à saúde humana e animal na rede hidrográfica da província, incluindo o famoso mercúrio, usado na depuração do ouro.

Informações em posse poder

indicam que nos distritos de Manica, Sussundenga, Bárue e Macossa, os mais povoados de ouro e turmalinas ao nível da província, os operadores mineiros, entre artesanais e licenciados, continuam a escangalhar a terra, provocando enormes problemas ambientais cujo impacto negativo já está a ser visível naquela província.

Só para citar alguns exemplos: a maioria, senão todos os rios que atravessam os distritos de Manica e Sussundenga, apresentam, neste momento, altos níveis de turvação das suas águas, que se tornaram impróprias para a irrigação dos campos agrícolas e para o consumo e lavagem de roupa e utensílios das populações vivendo nas zonas ribeirinhas.

Neste momento os rios Púnguè, Révuè, Ndirire, Nhancuarara, Chimeza, Zambuze, Zonue, Nhama-chato, Chua e Chazuca, no distrito de Manica, e Lucite e Mussapa, em Sussundenga, apresentam água a

cor de argila. Por onde passam, salvo a humidade que deixam nas margens, tudo morre, sendo que, em vez de serem benéficos, viraram algo danoso à vida animal e vegetal.

Para além dos problemas ambientais descritos, o garimpo tem vindo a ser a causa de morte de pessoas na província. De 2006 a esta parte são contabilizados pelo menos 150 garimpeiros, entre moçambicanos e zimbabueanos, que morreram soterrados em minas, uns na área da reserva transfronteiriça de Chimanimani, outros em minas e circunstâncias diversas nos distritos de Manica, Bárue e Macossa.

No distrito de Manica, vezes sem conta são reportados casos de mortes por soterramento em minas de ouro. Os garimpeiros, por não conhecerem algumas regras de protecção para evitar o desabamento de solos, fazem uma espécie de túneis que acabam desmoronando-se.

nando, soterrando os destemidos mineradores artesanais.

Além dos problemas ambientais, o garimpo tem sido a causa de práticas criminais que incluem agressões e assaltos aos agentes da autoridade, citando-se o exemplo de Chimanimani, no distrito de Sussundenga, onde garimpeiros chegam a montar emboscadas, agredir e arrancar armas aos fiscais, havendo registo de três que

contraíram ferimentos graves nas imediações do Monte Binga.

Quando foi introduzida a Polícia de Protecção dos Recursos Naturais, não raras vezes se registaram confrontos entre esta unidade e os mineradores artesanais. Nesta senda, vezes sem conta os mineradores se manifestaram contra a presença dos agentes da autoridade, os quais, por seu turno, são acusados de

cometer vários desmandos.

O Governo de Manica, através das direcções provinciais da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural e Recursos Minerais e Energia, tem vindo a levar a cabo acções e fóruns de sensibilização com vista à redução dos casos de poluição que se reportam um pouco por todos os distritos, mas tudo quanto tem vindo a ser feito continua a ser pouco perante a dimensão do problema.

Dinheiro: a chave que abre todas as portas

PARA além de nacionais, garimpeiros estrangeiros provenientes, na sua maioria, da África Ocidental pressionam os recursos mineiros da província. Nos distritos de Manica e Bárue, por exemplo, os garimpeiros estrangeiros invadiram as áreas de exploração de ouro e turmalinas, comprando ou pagando pessoas para garimpem em seu nome.

O distrito de Manica constitui o principal centro de contrabando de minérios ao nível da província. Sinal inequívoco disso é que, segundo se pode constatar, disparou o número de estrangeiros que alugam casas, cometem violações de varia índole e fazem de dinheiro a chave para abrir todas as portas, para fazer e desfazer a seu bel-prazer.

Medidas enérgicas continuam a ser escassas e algumas delas se esbarram com o facto de algumas minas que derramam o mal, serem propriedade de "gente graúda" que está blindada à lei e às instituições do Estado.

"Não podemos continuar a lamentar. O Governo não deve se juntar ao coro das lamentações das populações. Alguma medida concreta e eficaz deve ser tomada com vista a minimizar o problema", defendem ambientalistas.

Segundo eles, o pior está ainda por vir. Se se confirmar que a albufeira de Chicamba está poluída devido ao uso de mercúrio por mineradores que operam a montante da bacia de Révuè, ficará claro que de agora em diante não basta a sensibilização.

O maior reservatório de água que aloja o sistema de abastecimento do precioso líquido às principais cidades e vilas da província de Manica e o principal centro pesqueiro da província, onde abunda a famosa tilápia, localmente conhecida por peixe chicamba, estarão contaminados.

Aliás, em Manica o quadrinómio "dinheiro, garimpo, ambiente e poluição, associado ao subs-

se debate, os supostos "gerais" remam contra a maré.

Sabe-se que em Manica muitos empreendimentos mineiros são alegadamente pertencentes a supostos generais, os quais não obedecem a ninguém e cometem uma série de irregularidades, desde a contratação de mão-de-obra estrangeira até anarquia.

Perante este cenário, Manica encontra-se num dilema. Enquanto uns defendem que a actividade deve ser encorajada por trazer vantagens comparativas na economia das famílias, contribuindo para o combate à pobreza, outros sustentam que a mineração, sobretudo a artesanal e irresponsável, deve ser desencorajada sob todos os pontos de vista.

Os que são pelo encorajamento do fenómeno, embora reconheçam os problemas ambientais que dele derivam, insistem que a actividade deve ser continuada, defendendo que, entre preservar os rios e as espécies que neles vivem e permitir que as pessoas encontrem soluções e recursos para a vida hoje, não deve ser uma questão de opção, mas sim de sobrevivência.

Líderes e membros de associações mineiras de Munhena, em Manica, por exemplo, são de opinião de que a mineração artesanal constitui a principal fonte de sobrevivência de milhares de famílias, particularmente das regiões potencialmente mineiras.

Sem esta actividade, e a medir pelos altos índices de desemprego que o país regista, segundo eles, não seria possível se alcançar os actuais índices de desenvolvimento humano e material que são reconhecidos à província e ao país.

Na sua óptica, proibir o garimpo seria o mesmo que condenar milhares de pessoas à fome, falta de habitação, transporte, vestuário, seria inibir

A actividade, embora seja vista como fonte de sobrevivência e contributo para a redução da incidência da pobreza, constitui a principal causa dos problemas ambientais com que a província se debate, nomeadamente a poluição das águas, o assoreamento dos rios, a erosão de solos e a extinção de espécies aquáticas como peixes e vegetação ribeirinha.

O Governo, a vários níveis, tem ressaltado a vontade de ver resolvidos os problemas ambientais resultantes da mineração, mas a velocidade que esses problemas está a levar supera de longe a capacidade e a vontade das instituições, que não encontram recursos, meios e mecanismos para a sua erradicação.

Recentemente, o governador de Manica, Alberto Mondlane, lançou um veemente apelo com vista a travar o desastre, porém, passados meses, nada mudou. O Presidente

da República, Filipe Nyusi, durante a sua última visita de trabalho à província de Manica, voltou a ser confrontado com o problema.

Apesar da contundência com que tratou o assunto, no terreno as coisas continuam a mostrar que, mais do que vontade política, deve partir-se para a tomada de medidas mais audazes e sem contemplação, que incluam a responsabilização dos principais actores deste desastre.

O Chefe do Estado já traçou as linhas mestras que devem presidir este exercício. Recentemente, exigiu e deu prazo de quinze dias para que as entidades locais apresentassem um plano operativo que ponha fim à catástrofe.

Porém, passados já três meses, tudo indica que parece estar na mesma. A única grande mudança tangível registada foi a queda do director provincial dos Recursos Minerais e Energia, João de Lima, acusado de indolência e falta de

soluções à altura do drama.

Os ministérios dos Recursos Minerais e Energia e da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural despacharam para o terreno inspectores seniores, mas nada evoluiu que possa servir de referência de que as instituições responsáveis devem-se orgulhar como um ganho.

Recentemente, a própria ministra dos Recursos Minerais e Energia deslocou-se a Manica, mas voltou a ser confrontada com a persistência da mineração irresponsável. Reagindo aos factos, mandou encerrar a mina KB Prospero e lançou veementes críticas a operadores que não observam as exigências de uma mineração amiga do ambiente.

Vários operadores mineiros continuam a lançar poluentes nocivos à saúde humana e animal na rede hidrográfica da província, incluindo o famoso mercúrio, usado na depuração do ouro.

Informações em nosso poder

indicam que nos distritos de Manica, Sussundenga, Bárue e Macossa, os mais povoados de ouro e turmalinas ao nível da província, os operadores mineiros, entre artesãos e licenciados, continuam a escangalhar a terra, provocando enormes problemas ambientais cujo impacto negativo já está a ser visível naquela província.

Só para citar alguns exemplos: a maioria, senão todos os rios que atravessam os distritos de Manica e Sussundenga, apresentam, neste momento, altos níveis de turvação das suas águas, que se tornaram impróprias para a irrigação dos campos agrícolas e para o consumo e lavagem de roupa e utensílios das populações vivendo nas zonas ribeirinhas.

Neste momento os rios Púnguè, Révuè, Ndirire, Nhancuarara, Chimeza, Zambuze, Zonue, Nhama-chato, Chua e Chazuca, no distrito de Manica, e Lucite e Mussapa, em Sussundenga, apresentam água a

cor de argila. Por onde passam, salvo a humidade que deixam nas margens, tudo morre, sendo que, em vez de serem benéficos, viraram algo danoso à vida animal e vegetal.

Para além dos problemas ambientais descritos, o garimpo tem vindo a ser a causa de morte de pessoas na província. De 2006 a esta parte são contabilizados pelo menos 150 garimpeiros, entre moçambicanos e zimbabueanos, que morreram soterrados em minas, uns na área da reserva transfronteiriça de Chimanimani, outros em minas e circunstâncias diversas nos distritos de Manica, Bárue e Macossa.

No distrito de Manica, vezes sem conta são reportados casos de mortes por soterramento em minas de ouro. Os garimpeiros, por não conhecerem algumas regras de protecção para evitar o desabamento de solos, fazem uma espécie de túneis, que acabam desmorono-

Sinal inequívoco disso é que, segundo se pode constatar, disparou o número de estrangeiros que alugam casas, cometem violações de varia índole e fazem de dinheiro a chave para abrir todas as portas, para fazer e desfazer a seu bel-prazer.

Medidas enérgicas continuam a ser escassas e algumas delas se esbarram com o facto de algumas minas que derramam o mal, serem propriedade de "gente graúda" que está blindada à lei e às instituições do Estado.

"Não podemos continuar a lamentar. O Governo não deve se juntar ao coro das lamentações das populações. Alguma medida concreta e eficaz deve ser tomada com vista a minimizar o problema", defendem ambientalistas.

Segundo eles, o pior está ainda por vir. Se se confirmar que a albufeira de Chicamba está poluída devido ao uso de mercúrio por mineradores que operam a montante da bacia de Révuè, ficará claro que de agora em diante não basta a sensibilização.

O maior reservatório de água que aloja o sistema de abastecimento do precioso líquido às principais cidades e vilas da província de Manica e o principal centro pesqueiro da província, onde abunda a famosa tilápia, localmente conhecida por peixe chicamba, estarão contaminados.

Aliás, em Manica o quadrinómio "dinheiro, garimpo, ambiente e poluição, associado ao substantivo "gerais", não sai da boca de qualquer pessoa, desde dirigentes até aos mais pacatos cidadãos. Com efeito, enquanto uns lutam para controlar o desastre ambiental com que o distrito

dilema. Enquanto uns defendem que a actividade deve ser encorajada por trazer vantagens comparativas na economia das famílias, contribuindo para o combate à pobreza, outros sustentam que a mineração, sobretudo a artesanal e irresponsável, deve ser desencorajada sob todos os pontos de vista.

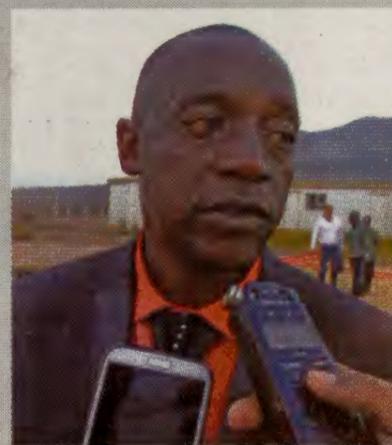
Os que são pelo encorajamento do fenómeno, embora reconheçam os problemas ambientais que dele derivam, insistem que a actividade deve ser continuada, defendendo que, entre preservar os rios e as espécies que neles vivem e permitir que as pessoas encontrem soluções e recursos para a vida hoje, não deve ser uma questão de opção, mas sim de sobrevivência.

Líderes e membros de associações mineiras de Munhena, em Manica, por exemplo, são de opinião de que a mineração artesanal constitui a principal fonte de sobrevivência de milhares de famílias, particularmente das regiões potencialmente mineiras.

Sem esta actividade, e a medir pelos altos índices de desemprego que o país regista, segundo eles, não seria possível se alcançar os actuais índices de desenvolvimento humano e material que são reconhecidos à província e ao país.

Na sua óptica, proibir o garimpo seria o mesmo que condenar milhares de pessoas à fome, falta de habitação, transporte, vestuário, seria inibir a educação dos filhos, em suma, significaria perpetuar a pobreza. Com o garimpo, segundo eles, muitas famílias saíram da indigência e estão a abrir horizontes para a sua prosperidade.

Chibaia: um exemplo a ser seguido



CHRISPEN Chibaia, proprietário e sócio maioritário da mineradora Clean Tech Mining, sediada em Penhalonga, é um dos exemplos da prosperidade oriunda do garimpo. Segundo conta, entrou na mineração como garimpeiro na década de 90 e hoje é um dos moçambicanos mais ricos do

distrito, da província de Manica e do país.

A mineradora em que é actualmente director-geral investiu mais de 35 milhões de dólares norte-americanos para financiar um projecto misto de mineração e silvicultura que esta a dar emprego a nacionais e estrangeiros.

A própria ministra dos Recursos Minerais e Energia, Leticia Clemens, não escondeu a sua satisfação pela forma exemplar como aquele operador mineiro, compatibiliza a mineração e o ambiente, convidando os outros operadores a inspirarem-se nele para deixarem de perigar o ambiente.

Falando durante a recente visita da MIREME à sua mina, Chibaia disse que com este montante, a Clean Tech Mining ergueu as infra-estruturas de exploração e está a levar a cabo um processo de mineração de ouro numa área de 3.661,83 hectares, em Penhalonga, empregando para o efeito tecnologia de ponta.

Com capacidade de produzir uma média de 200 quilogramas de ouro por ano, a Clean Tech Mining iniciou a exploração

deste minério em minas subterrâneas, mas actualmente opera numa mina a céu aberto. Nesta mesma área, e como forma de conservação da biodiversidade e do ambiente, está a desenvolver plantações de eucaliptos e pinheiros, onde igualmente ocorrem jazigos de ouro que podem ser explorados a longo prazo.

A Clean Tech Mining é uma empresa nacional fundada na década de 1990, a qual conta com a participação de sócios sul-africanos e libaneses. No seu desempenho, aquela empresa é considerada como exemplo no cumprimento das imposições ambientais, tendo por isso recebido elogios da Ministra Leticia Clemens.

Porém, em Manica, o quadrinómio "dinheiro, garimpo, ambiente e poluição, associado ao substantivo "gerais" não sai da boca de qualquer pessoa, desde dirigentes até aos mais pacatos cidadãos. Com efeito, enquanto uns lutam para controlar o desastre ambiental com que o distrito se debate, os supostos "gerais" remam contra a maré.

Sabe-se que em Manica, muitos empreendimentos mineiros são alegadamente pertencentes a supostos gerais, os quais não obedecem a ninguém, e entre outras irregularidades, contratam mão-de-obra estrangeira, sobretudo chinesa, sem respeitarem a legislação atinente, cometendo total anarquia no sector mineiro.

As autoridades ligadas ao ambiente e que lideram a corrente anti-garimpo são cépticas em abordarem este assunto, mas corroboram com a ideia de que "para a criação da riqueza não devemos passar pela destruição da nossa própria fonte de sobrevivência, que são os rios, a água, os solos e o ambiente, em geral, que nos rodeia".

Defendem que a preservação e a exploração regrada e racional dos recursos naturais e do ambiente constituem também um acto de sobrevivência e deve ser encarado como um interesse supremo, pois possibilita que os recursos de que hoje dispomos possam servir a gerações vindouras e valham para o futuro do nosso país.